



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa e anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 3 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano	360\$
A 1.ª série . . .	140\$
A 2.ª série . . .	130\$
A 3.ª série . . .	120\$
Semestre	200\$
.	80\$
.	70\$
.	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto-Lei n.º 39 623 — Regula a distribuição da cana sacarina produzida no arquipélago da Madeira no ano industrial de 1954-1955 — Prorroga durante o mesmo ano o disposto no Decreto-Lei n.º 32 788 (rateio de aguardente) e mantém suspensa a cobrança de 1\$ por litro de aguardente vendida ao público.

Ministério do Ultramar:

Orçamento de receita e despesa para 1954 da missão geográfica de Angola.
Orçamento de receita e despesa para 1954 da missão geográfica de Moçambique.

Ministério das Comunicações:

Decreto n.º 39 624 — Dá nova redacção ao corpo do artigo 161.º do Decreto n.º 36 875, que promulga o Regulamento de Admissão e Promoção do Pessoal dos CTT.

duas indústrias, proporcionalmente às respectivas quotas de rateio aludidas no artigo 1.º deste diploma.

Art. 4.º A cana fornecida para os fins industriais referidos no artigo 1.º não poderá ser adquirida a preço inferior ao estabelecido oficialmente.

Art. 5.º A quantidade de açúcar porventura excedente do consumo, constituída que seja uma reserva de 250 000 k, poderá entrar livremente no continente.

Art. 6.º É prorrogado durante o ano industrial de 1954-1955 o disposto no Decreto-Lei n.º 32 788, de 10 de Maio de 1943, que suspendeu durante o ano industrial de 1943-1944 o preceituado no § 2.º do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 23 847, de 14 de Maio de 1934, que obrigou ao rateio entre as fábricas existentes da quantidade de aguardente a produzir, ficando a Direcção da Alfândega do Funchal autorizada a manter, como nos últimos anos, o regime de concentração industrial que reputar mais conveniente para ser obtido o melhor rendimento na produção.

Art. 7.º Continua suspensa no ano industrial de 1954-1955 a cobrança de 1\$ por litro de aguardente vendida ao público, a que alude o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 36 884, de 24 de Maio de 1948.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Abril de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Adolfo do Amaral Abranches Pinto* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Alfândegas

Decreto-Lei n.º 39 623

Pelo presente decreto-lei regula-se a distribuição de cana sacarina produzida no arquipélago da Madeira no ano industrial de 1954-1955.

Mantém-se a suspensão da cobrança da taxa de 1\$ por litro de aguardente, a que alude o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 36 884, de 24 de Maio de 1948.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A quantidade de cana sacarina a colher no arquipélago da Madeira no ano industrial de 1954-1955 é prevista em 49 000 t, das quais serão reservadas 44 700 t para a indústria do açúcar e do álcool, 4 000 t para a produção de aguardente e 300 t para a do mel.

Art. 2.º A cana eventualmente em excesso sobre a previsão da colheita será destinada à indústria do açúcar e álcool.

Art. 3.º Se a colheita for inferior às 49 000 t previstas, a diferença, até 4 000 t, será suportada pela indústria do açúcar e álcool.

Se essa quantidade for excedida, a diferença, até 1 000 t, será deduzida da quota destinada à indústria da aguardente e a que ultrapassar será suportada pelas

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar

Comissão Executiva

Missão geográfica de Angola

Orçamento de receita e despesa para 1954

Receita

CAPÍTULO ÚNICO

Artigo único. «Dotação em conta da verba inscrita no capítulo 10.º, artigo 88.º, n.º 1), do orçamento do Ministério do Ultramar para 1954» 1.000.000\$00

Despesa**CAPÍTULO ÚNICO**

Artigo 1.º «Despesas com o pessoal»	840.000\$00
Artigo 2.º «Despesas com o material»	40.000\$00
Artigo 3.º «Pagamento de serviços e diversos encargos»	120.000\$00
	<u>1.000.000\$00</u>

O Chefe da Missão Geográfica de Angola, *Alberto Manuel Henriques Pereira Bastos*, engenheiro geógrafo.

Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Comissão Executiva, 16 de Abril de 1954.— Pelo Presidente, *Luis Silveira*.

Aprovado.— Em 22 de Abril de 1954.— Pelo Ministro do Ultramar, *Raul Jorge Rodrigues Ventura*, Subsecretário de Estado do Ultramar.

Missão geográfica de Moçambique**Orçamento de receita e despesa para 1954****Receita****CAPÍTULO ÚNICO**

Artigo único. «Dotação em conta da verba inscrita no capítulo 10.º, artigo 88.º, n.º 1), do orçamento do Ministério do Ultramar para 1954»	300.000\$00
--	-------------

Despesa**CAPÍTULO ÚNICO**

Artigo 1.º «Despesas com o pessoal»	250.000\$00
Artigo 2.º «Despesas com o material»	5.000\$00
Artigo 3.º «Pagamento de serviços e diversos encargos»	45.000\$00
	<u>300.000\$00</u>

O Chefe da Missão Geográfica de Moçambique, *Eurico Neves Sales Grade*, engenheiro geógrafo.

Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Comissão Executiva, 9 de Abril de 1954.— Pelo Presidente, *Luis Silveira*.

Aprovado em 22 de Abril de 1954.— Pelo Ministro do Ultramar, *Raul Jorge Rodrigues Ventura*, Subsecretário de Estado do Ultramar.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones****Decreto n.º 39 624**

As características muito especiais do serviço de distribuição de correspondência postal e telegráfica aconselharam os CTT a recrutar carteiros provinciais e boletineiros supranumerários nas próprias localidades da prestação do serviço. A situação destes supranumerários foi oportunamente definida no Decreto n.º 36 875, de 17 de Maio de 1948, fixando o seu artigo 161.º as condições em que estes serventuários deviam ingressar nas vagas dos correspondentes grupos ocorridas nas respectivas localidades.

Tem, porém, a prática demonstrado a conveniência de se corrigir o regime estabelecido para aquele ingresso, para o efeito de se considerarem, preferentemente, outras situações legais decorrentes da movimentação do pessoal já integrado naqueles quadros.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O corpo do artigo 161.º do Decreto n.º 36 875, de 17 de Maio de 1948 — Regulamento de Admissão e Promoção do Pessoal dos CTT —, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 161.º Sem prejuízo da movimentação do pessoal dos respectivos quadros, nos termos que foram estabelecidos pelo Ministro das Comunicações, os indivíduos inscritos para os lugares de carteiros provinciais e de boletineiros serão providos nas vagas dos grupos 28 e 35 ocorridas no concelho em que prestem serviço, à medida que as mesmas surjam e por ordem da sua antiguidade, desde que tenham boas informações de serviço e, no caso dos inscritos para o grupo 28, fiquem aprovados no exame de aptidão referido no artigo 156.º

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Abril de 1954.— FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Gomes de Araújo*.